

Migrações transfronteiriças por refúgio: estudos de caso da zona fronteiriça missioneira (décadas de 1920, 1930 e 1940)

João Vitor Sausen¹

Resumo: O presente artigo está voltado para a apresentação de estudos de caso de migrações por refúgio no que chamamos de “zona fronteiriça missioneira”, um recorte regional do espaço fronteiriço platino, e compreendido por partes da província de Corrientes e a província argentina de Misiones, os estados brasileiros do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do leste do Paraguai. Este recorte se dá pela compreensão de características comuns à região, como as circulações humanas, as atividades econômicas, as disputas fronteiriças, bem como a existência das missões jesuítico-guaranis como um vínculo comum do passado regional. Os variados movimentos migratórios, por sua vez, são observados para demonstrar as conexões, bem como as situações que elucidam as diferentes motivações dos refúgios. Como principais fontes para a investigação são abordados telegramas do *Archivo General de Gobernación de Misiones* e informes da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*.

Palavras-chave: Fronteira; Migrações; Refúgios; América Platina; Zona Fronteiriça Missioneira.

Abstract: This article is aimed to present case studies of migrations for refuge in what we call the “missionary border zone”, a regional cut of the Platine border space, and comprising parts of the province of Corrientes and the Argentine province of Misiones, the Brazilian states of Paraná, Rio Grande do Sul and Santa Catarina, in addition to eastern Paraguay. This clipping is based on the understanding of common characteristics to the region, such as human circulation, economic activities, border disputes, as well as the existence of Jesuit-Guarani missions as a common bond of the regional past. The varied migratory movements, in turn, are observed to demonstrate the connections, as well as the situations that elucidate the different motivations of the refuges. The main sources for the investigation are telegrams from the *Archivo General de Gobernación de Misiones* and reports from the *Comisión Especial Investigadora de Actividades Anti-Argentinas*.

Keywords: Border; Migrations; Refuges; Platinean America; Missionary Border Zone.

Introdução

Em fevereiro de 1927, Pedro Alberto Mello, mais bem conhecido como “Pedro Arão”, que se encontrava sob a proteção do governo do Território de Misiones, depois de sua participação na Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, foi assassinado na localidade brasileira de Porto Xavier. A partir de um acordo entre agentes policiais de Misiones e militares do Rio Grande do Sul, Pedro Arão havia sido sequestrado e conduzido para o outro lado da fronteira, onde foi degolado. Assim, Pedro Arão é um caso significativo entre aqueles que buscaram refúgio no espaço fronteiriço durante a primeira metade do século XX.

A busca por refúgio frente a condições adversas nos países de origem, ou, somado a isso, com a finalidade de manter uma articulação de movimentos contestatórios naqueles, é uma característica do espaço fronteiriço. Ao longo do tempo, e das situações

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), onde é orientado pela Profª. Drª. Maria Medianeira Padoin. Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela UFSM. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições. E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

econômicas e políticas internas, os indivíduos podem ter como estratégia a busca por um novo local de residência, seja ela temporária ou permanente.

Com vistas de abordar casos deste tipo, no presente trabalho nos direcionamos para a “zona fronteiriça missioneira”, um recorte do espaço fronteiriço platino. Esta última definição diz respeito à América Platina (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), e é compreendida por Maria Medianeira Padoin (2001) como uma região de circulação, que envolve fatores históricos e culturais, e cujas mobilidades e relações humanas não são impedidas pelos limites políticos, que acabam por funcionar como pontos de conexão.

A partir destas noções, compreendemos a zona fronteiriça missioneira como um recorte desta grande região, que diz respeito à área de tríplice fronteira entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, que envolve parte da província argentina de Corrientes, a província de Misiones, os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como o leste do Paraguai. No mapa a seguir (Mapa 1) está representada a zona fronteiriça missioneira, com algumas de suas principais cidades, bem como algumas das principais localidades de fronteira:

Mapa 1 – A zona fronteiriça missioneira



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3*, com o uso das bases cartográficas digitais de acesso livre: **Agência Nacional de Águas**. Catálogo de Metadados da ANA. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/spa/catalog.search#/home>. Acesso em 15 jun. 2022. **CAPAS SIG**. Geodesia y dermacación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gob.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 15 jun. 2022; **IBGE**. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 15 jun. 2022. **Instituto Nacional de Estadística**, Cartografía Digital 2012. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/microdatos/cartografia-digital-2012.php>. Acesso em 15 jun. 2022.

Este recorte denominado zona fronteiriça missioneira, por sua parte, é percebido a partir das conexões históricas, como as missões jesuítico-guaranis, as disputas fronteiriças entre os países do Prata, que legaram uma definição tardia aos limites políticos da região, as migrações limítrofes, além das conexões econômicas em torno da exploração e extração de erva-mate e madeiras. Também deve ser citada a significativa migração de europeus e seus descendentes para a região a partir do início do século XX, que também manteve a característica das circulações transfronteiriças e as conexões a partir das fronteiras.

Baseado nestas considerações, o presente artigo está direcionado a uma abordagem de algumas circulações por refúgio na zona fronteiriça missioneira ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940. O mesmo será realizado a partir de duas fontes principais: os telegramas do *Archivo General de Gobernación de Misiones*², e informes da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas* (1941-1943)³. A partir das documentações encontradas nestes dois grupos, é possível estabelecer um panorama sobre os refúgios, para observar suas principais características, bem como desenvolvimentos históricos a partir dos mesmos.

Também é necessário mencionar que este trabalho é um dos resultados de nossa investigação no âmbito do Mestrado em História, realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin, e coorientação da Prof^a. Dr^a. Sonia Rosa Tedeschi (Universidad Nacional del Litoral, UNL, Argentina). Esta Dissertação foi voltada para uma história comparada das políticas de nacionalização de Puerto Rico

² Este arquivo será referido doravante através da sigla “AGGM”. Todos os documentos do mesmo foram consultados em seu banco de dados disponível virtualmente no endereço: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 08 jun. 2022.

³ Seus arquivos foram consultados em seu banco de dados virtual, disponível a partir do endereço: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 08 jun. 2022.

(Misiones, Argentina) e Porto Novo (Santa Catarina, Brasil) entre os anos de 1919 e 1945, que permitiu perceber percebemos constantes indícios de refúgios ao longo do espaço fronteiriço abordado, bem como contínuas conexões transfronteiriças.

Refúgios e articulações ao longo da zona fronteiriça missioneira

Durante o século XIX, e princípios do século XX, a zona fronteiriça missioneira foi palco de significativas migrações limítrofes, vinculadas especialmente a extração da erva-mate e de árvores nativas. Assim, a partir do recenseamento da República Argentina de 1914⁴, o Território Nacional de Misiones apresentava uma população com uma significativa composição com indivíduos nascidos no Brasil (13%) e no Paraguai (10,8%). No recenseamento anterior, de 1895⁵, os percentuais eram ainda maiores: 35% de brasileiros e 11,9% de paraguaios. Também era significativa a presença majoritariamente masculina destas populações, e a concentração em áreas próximas às linhas de limites.

Na realidade brasileira, é importante assinalar os casos de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Barracão (Paraná), geminadas à localidade de Bernardo de Irigoyen. Nestas, a principal atividade econômica era a extração de erva-mate, realizada principalmente por empresas argentinas, e que atraía argentinos e paraguaios para a região (FERRARI, 2010). Desta forma, no recenseamento brasileiro de 1920⁶, foi constatada a presença de 45,6% de estrangeiros na população de Dionísio Cerqueira, e de 33,9% em Barracão, em ambos os casos, de origem majoritária na Argentina ou no Paraguai.

⁴ ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 1. Antecedentes y comentarios. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916^a; ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 2. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916^b; ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 3. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916^c; ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 4. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916^d.

⁵ ARGENTINA. Segundo Censo Nacional de la República Argentina – 1895. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

⁶ BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 1. População do Brasil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1926; BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 2, Tomo 1. População do Brasil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1928a; BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 2, Tomo 2. População do Brasil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1928b; BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 5, Tomo 1. População do Brasil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1930a; BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 5, Tomo 2. População do Brasil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1930b.

A partir desta realidade fluida dos limites nacionais da zona fronteiriça missioneira, pelas constantes circulações, o refúgio e as articulações a partir das mesmas são percebidas como características contínuas desta espacialidade. Desta forma, o abrigo em outra realidade jurídico-política, representava uma estratégia para os indivíduos. Seja no estabelecimento em outro horizonte econômico, ou no afastamento quanto aos riscos de um ordenamento anterior. E é nos casos de movimentos contestatórios que o refúgio em outra condição jurídico-política tem contornos mais significativos.

Um exemplo inicial, da realidade brasileira, digno de nota, é o caso da Coluna Prestes. Formada no Rio Grande do Sul, em 1924, a mesma percorreu a zona fronteiriça missioneira em seus primeiros meses, e, quando alcançou o estado do Paraná, tomou refúgio temporário no Paraguai, para em seguida retornaram ao Brasil (LANNA JÚNIOR, 2018).

Outro movimento subsequente, a Coluna de Leonel Rocha, se formou na localidade de Palmeira⁷, no Rio Grande do Sul, já no ano de 1926. Segundo Maria Rohde (2011 [1951]), em dezembro de 1926 a Coluna ingressou em Porto Novo, no oeste do estado de Santa Catarina (ver Mapa 2), a partir de Misiones, Argentina. Neste sentido, o movimento liderado pelo caudilho Leonel Rocha utilizou a zona fronteiriça na sua circulação e articulação.

Sobre a coluna, foram encontradas algumas menções no *Archivo General de Gobernación de Misiones*, como um telegrama dirigido ao Chefe de Polícia do Território de Misiones, Pedro Rebollo Filho, com data de 10 de novembro de 1926, que alertava para os movimentos que ocorriam no Brasil naquele período, e o consequente ingresso de refugiados no território argentino. Desta forma, no telegrama foi mencionado que: “A fin de que se intensifiquen en lo posible las medidas tomadas al respecto [...] relativa a las actividades de los revolucionarios de aquél país y con especialidad a los refugiados en territorio argentino [...]”⁸. Assim, foi constatado que a existência de movimentos contestatórios no país vizinho gerava ingressos de seus participantes no Território Nacional de Misiones, seja para a própria articulação do movimento, ou como refúgio contra a repressão das forças legalistas.

Sobre as articulações, um extenso telegrama do Chefe de Polícia de Misiones ao Ministro do Interior, José P. Tamborini⁹, tratou de repassar informações sobre San Javier

⁷ Atual Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁸ AGGM, Argentina. Serie G, 1915, n. 250.

⁹ AGGM, Argentina. Serie H, 1927, 1, n. 33-34.

(no limite político com o Brasil), no dia 10 de fevereiro de 1927. Assim, era informado que: “teniendo conocimiento que bandoleros asaltantes del Brasil encuéntranse refugiados armados inmediaciones Puerto Laurita, supónese entre ellos hayan heridos [...]”. A sequência do telegrama também contava com informações vindas de Barracón¹⁰, e dos insucessos do movimento liderado por Leonel Rocha:

“[...] Revolución brasileña. - Por personas llegadas en el vecino pueblo, procedentes de algunos puntos del Brasil, he podido informarme y llevo a conocimiento de V.S. que el Coronel revolucionario Leonel Rocha ha sido derrotado en varios combates y que es probable se dirija nuevamente a este Territorio con dirección a Monteagudo [...]”.

Além de revelar que o possível destino de refúgio para Leonel Rocha, após as suas sucessivas derrotas, era o Território de Misiones, o telegrama também informou que o mesmo o fazia novamente, uma vez que na articulação do movimento já havia sido constatado um ingresso no território argentino. Este ponto, o do exílio após a derrota do movimento, é também uma das faces do refúgio. Leonel Rocha se refugiou por alguns anos no Território de Misiones, e retornou ao Brasil apenas quando a situação política se encontrava mais favorável. Um outro exemplo de lideranças que se refugiaram em Misiones é o de Pedro Alberto Mello, conhecido como Pedro Arão. Todavia, o refúgio não representou uma segurança contínua no seu caso.

Pedro Arão possuía o posto de coronel, e havia tomado parte da Revolução de 1923, movimento realizado contra a permanência prolongada de Borges de Medeiros no poder do estado do Rio Grande do Sul, e a favor da realização de eleições (LANNA JÚNIOR, 2018). A derrota no conflito fez com que Arão, bem como outras lideranças, se exilassem em países como a Argentina e o Uruguai.

Arão se encontrava sob a tutela do governo de Misiones, quando, no dia 11 de fevereiro de 1927, foi atraído até a residência do sargento de polícia Juan Jose Bastera, onde foi capturado e mantido em cativeiro por homens da força policial do Território, de acordo com o que é informado em um relato sobre os feitos, telegrafado no dia 23 daquele mês ao então governador de Misiones, Héctor Barreyro¹¹. Bastera estava encarregado, na época, pela Comissaria de Polícia de San Javier, na ausência do titular, o Subcomissário Fronciani.

Assim, no relato oficial consta que Pedro Arão foi mantido algemado neste cativeiro até a noite do dia seguinte, quando o sargento Bastera, acompanhado do cabo

¹⁰ Atual Bernardo de Irigoyen, Misiones, Argentina.

¹¹ AGGM, Argentina. Serie H, 1927, 1 n. 55-58.

Aureliano López, se dirigiu até um ponto do Rio Uruguai, no chamado “*Paso de las Barcas*”, com o auxílio de um automóvel pertencente ao capitão Nunes Viñas, militar do estado do Rio Grande do Sul. Em Paso de las Barcas realizaram a travessia do prisioneiro ao solo brasileiro a partir da chalana de Carlos Engers. Após a travessia, o coronel Pedro Arão foi degolado, e seu corpo desovado no Rio Uruguai, onde foi encontrado posteriormente por um pescador. Os cúmplices argentinos retornaram a Misiones na madrugada do dia 13.

Os feitos que levaram a morte de Pedro Arão geraram uma investigação por parte do governo de Misiones, na prisão de vários dos participantes, bem como na busca pela captura do capitão Nunes Viñas¹². Independente das consequências do processo¹³, ou da veracidade dos detalhes da narrativa informada pelos telegramas localizados no *Archivo de Gobernación de Misiones*, é possível perceber a condição frágil do refúgio de Pedro Arão. Apesar da busca por um outro país, e, por consequência, de um contexto mais favorável do que o de origem, a condição fronteiriça, e as articulações políticas ao longo da zona de fronteira, demonstram que a simples mudança de país não significou a mudança a uma situação intocável, ou para a segurança permanente. Afinal, o espaço fronteiriço em questão é caracterizado por suas conexões e circulações, como um ponto de contatos, e não uma barreira, de forma que Arão ficou sujeito às articulações transfronteiriças que representaram o seu fim, entre a noite do dia 12 de fevereiro e a madrugada seguinte.

Um ponto comum entre a Revolução de 1923, a Coluna Prestes e a Coluna de Leonel Rocha, é que estes movimentos se formaram contra a ordem vigente no Brasil na época. E esta é uma característica que também é compartilhada com a Argentina. Neste país, a ascensão da *Unión Cívica Radical* (UCR) a partir de 1916, e os aparelhamentos conduzidos por Hipólito Yrigoyen, geraram uma forte oposição de setores tradicionais apartados do poder, bem como de grupos internos da UCR, que passaram a formar o bloco “antipersonalista” (visto que os apoiadores de Yrigoyen eram conhecidos como “personalistas”) (TATO, 2004).

E o sucessor de Yrigoyen, a partir de 1922, foi justamente Marcelo T. de Alvear, da UCR-Antipersonalista. Mas o retorno de Yrigoyen, ao final do mandato de Alvear, em

¹² AGGM, Argentina. Serie H, 1927, 1 n. 60-61.

¹³ No lado brasileiro, é possível afirmar que o mandante, o capitão Nunes Viñas, além dos seus cúmplices, o sargento Pedro Albino Mello e Sergio Pinto de Carvalho, foram presos e enviados até Cruz Alta, onde foram submetidos a uma investigação conduzida pela general Monteiro de Barros. Consultado em: AGGM. Argentina. Serie H, 1927, 1, n. 78.

1928, representou um governo breve. No dia 8 de setembro de 1930, Yrigoyen foi deposto por uma articulação realizada por diversas forças políticas do país, inclusive apoiada por indivíduos da UCR-Antipersonalista (TATO, 2004). Como presidente, assumiu o general José Félix Uriburu, de orientação política à extrema-direita, e que foi sucedido através de eleições já no ano seguinte (TATO, 2004). De forma geral, este contexto culminou na chamada “década infame”, e perdurou até 1943, quando ocorreu um novo golpe militar no país.

No Brasil, as diversas revoltas na década de 1920 demonstraram a insatisfação de diversos setores com o arranjo oligárquico que governava o país. As eleições de 1930, por sua vez, que opuseram o candidato do governo vigente, Júlio Prestes, e o opositor Getúlio Vargas, presidente do estado do Rio Grande do Sul. Como era esperado, venceu o candidato governista, Prestes. Todavia, foi iniciada uma articulação de diversos setores oposicionistas contra o governo vigente. O estopim veio com o assassinato do candidato a vice-presidente da chapa opositora, João Pessoa, em uma situação pessoal que nada tinha a ver com o contexto político (FERREIRA, PINTO, 2018).

Assim, teve início um movimento militar no mês de outubro de 1930, que culminou com a derrocada do presidente Washington Luís, e a ascensão de Getúlio Vargas a esta função, em que permaneceu, ora de forma democrática, ora através de um regime ditatorial, até 1945. Desta forma, houve uma transformação dos regimes políticos de ambos os países no ano de 1930, com um contexto de revolta armada no caso brasileiro.

E a situação brasileira foi acompanhada com certa cautela por parte do governo de Misiones, especialmente pela concentração de habitantes brasileiros ou vinculados ao país nas localidades fronteiriças, especialmente no Departamento de Monteagudo. Sobre esta localidade, um telegrama com a indicação “urgente” despachado pelo Secretário José Manuel López, ao Ministro do Interior, Elpidio González, no dia 27 de agosto de 1930¹⁴, dava conta de trazer informações sobre possíveis articulações a partir da fronteira:

[...] de las últimas noticias tenidas del Alto Uruguay – zona de Monteagudo – no había nada sospechoso en el sentido de que los brasileños residentes por aquellos parajes, como en la región más próxima, desde Concepción a San Javier, se inquietasen [...] puede tener V.E. la seguridad de que se adoptarán medidas eficaces para que la neutralidad sea rigurosamente cumplida.

¹⁴ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 292.

A menção exposta é uma evidência de que eram correntes as articulações a partir de países vizinhos, uma vez que se encontrava um significativo conjunto populacional de origem brasileira na Argentina. Assim, era natural que acompanhassem as possíveis articulações desta parte da população de Misiones. Um telegrama sequencial também dava conta de informar que o Comissário Inspetor de Polícia, Túlio de Zagastizábal, foi enviado para a região para investigar possíveis atividades de “elementos revolucionários brasileiros residentes neste Território”¹⁵. Mas este nada pode constatar naquela região¹⁶.

Com ou sem articulações de brasileiros a partir de Monteaguado, a preocupação por parte do governo de Misiones, bem como do Ministério do Interior, somente reforça a noção de uma contínua articulação a partir da fronteira, neste caso, do movimento que visava a derrocada de Washington Luís da presidência brasileira, além do fim do arranjo oligárquico vigente. Por parte da República Argentina, interessava impedir a organização de forças brasileiras a partir do seu país, uma vez que o mesmo poderia ser observado como uma interferência no país vizinho, ou até uma colaboração com os movimentos contestatórios.

O início das atividades militares para a derrubada do governo, a partir de outubro, também gerou uma onda de refúgios para Misiones. Assim, informações sobre a situação de Foz do Iguaçu (Paraná) foram remetidas pelo Cônsul Argentino no local, e enviadas ao governador de Misiones, que se encontrava em Buenos Aires, no dia 23 de outubro de 1930:

[...] Octubre 22 – Fuerzas estatales esta localidad adhirieron-se movimiento revolucionario – punto – En la fecha llegan informaciones que fuerzas legales encuéntrase Guayra y Puerto Méndez dirección Foz de Iguazú – punto – Ante tal situación autoridades y población abandonan localidad emigrando territorio argentino y paraguay [..] Permítome solicitar quiera V.E. ordenar autoridades Puerto Aguirre¹⁷ atención familias emigradas – punto – Seguiré informando [...]¹⁸.

O acompanhamento da situação brasileira seguiu até a finalização dos combates, e o desfecho em nível nacional¹⁹. Assim, as principais preocupações giraram em torno da navegação do Rio Paraná (e o conseqüente escoamento das produções de erva mate), bem como do ingresso contínuo de refugiados na Argentina e no Paraguai.

¹⁵ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 293.

¹⁶ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 296.

¹⁷ Atual Puerto Iguazu, Província de Misiones, Argentina.

¹⁸ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 396-397.

¹⁹ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 399, 401, 402.

Poucos meses depois deste contexto, um telegrama urgente do governador de Misiones, Carlos Acuña para o Ministério do Interior, 20 de fevereiro de 1931²⁰, dava conta de uma informação preliminares sobre um movimento armado na localidade de Encarnación, cidade localizada em frente à capital de Misiones, Posadas. Segundo a mensagem:

En este momento se comunica que tres agitadores, Facundo Duarte y Abdulio Barthe, paraguayos; y Marcos Kaner, Argentino, al frente de 15 hombres sorprendiendo a las autoridades, se han apoderado de la vecina ciudad paraguaya de Villa Encarnación. – Los dos últimos son comunistas, el primero revolucionario político de malos antecedentes. – He dado instrucciones estableciendo severa vigilancia.

Além do possível temor de que o movimento afetasse também o Território de Misiones, visto que ocorria em cidade vizinha, e entre as lideranças informadas se encontrava um argentino, a realidade histórica do espaço fronteiriço, sabida pelas autoridades, indicava que era possível que o desenrolar do movimento ultrapassasse os limites políticos do Paraguai. Neste sentido, um telegrama subsequente²¹, enviado logo após o primeiro, e endereçado para a Província de Corrientes, dava maiores detalhes sobre o processo, e informava que Marcos Kaner havia sido deportado da República Argentina.

Mas há um trecho ainda mais pertinente nesta comunicação: “Acaba salir una lancha aguas abajo y anunciase estar listas varias lanchas para facilitar fuga revoltosos em caso llegada fuerzas del Gobierno. Ruego V.E. ordenar vigilancia puertos del Paraná”. Assim, havia uma articulação de indivíduos em Misiones como apoio ao movimento no Paraguai.

Mas o sucesso daquele movimento durou apenas algumas horas. Ainda no dia 20 de fevereiro, em um telegrama para a capital federal²², foi informado que “emigrados paraguayos que acaban de llegar informan reina orden en Encarnación”. Além disso, como era esperado, o destino dos revoltosos era o solo argentino:

Autoridades de hecho impidieron regreso de dos lanchas argentinas. El jefe del puerto es el agitador Marcos Kaner deportado de aquí por Coronel Pilotto [ex gobernador de Misiones]. Anunciase salida de Asunción tren con tropas **teniendo revoltosos varias lanchas preparadas para huir seguramente dirección nuestra costa** (grifos nossos).

²⁰ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 81.

²¹ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 82.

²² AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 82.

Assim, o destino dos revoltosos foi o Rio Paraná, rumo ao Brasil, pelo qual foram acompanhados por uma lancha da Subprefeitura Naval argentina²³. No dia 23 foi registrado que tropas do governo paraguaio estavam em caçada dos fugitivos ao longo do Rio Paraná, bem como que famílias paraguaias buscavam refúgio em Puerto Aguirre²⁴. Já no dia 24 de fevereiro, parte dos revoltosos foram capturados em Foz do Iguaçu, Brasil: “En este momento informa la Radio que los barcos Bell y Esperanza en que huían los revoltosos paraguayos fueron apresados junto con tripulación en el puerto brasilero de Foz do Iguassú – El Teniente Pont Lezica avisa haber tomado seis de los tripulantes”²⁵.

Mesmo com a prisão de algumas lideranças como Facundo Duarte, o paradeiro de Barthe e Kaner ainda era desconhecido até o dia 26, quando foi informado que todos se encontravam presos em Foz do Iguaçu²⁶. No entanto, após recobrem a condição de liberdade no Brasil, no dia 2 de março, os participantes do movimento se dirigiram para Misiones, a partir de onde o governo local indicava que deveriam ser novamente capturados: “como se trata de elementos indeseables he ordenado sean detenidos en averiguación hasta recibir instrucciones [...]”²⁷.

Desta forma, o movimento iniciou com características transnacionais, em que envolveu lideranças argentinas e paraguaias, bem como uma articulação entre os dois países. Ao longo do processo, se refugiaram em Misiones tanto participantes do movimento, quanto pessoas que fugiam do conflito. Além disso, a captura de seus participantes em Foz do Iguaçu, demonstra como a situação se desenrolou em suas características transnacionais, envolvendo vários pontos da zona fronteira missioneira.

Outra articulação transfronteiriça que gerou movimentos de refúgio por parte de suas lideranças diz respeito ao ano de 1933. Segundo um telegrama urgente do governador Carlos Acuña para o Ministro do Interior, de 7 de janeiro de 1933²⁸, um grupo de militantes personalistas, liderados por Cesar Torres e Juan Leguia, atacaram a Comissaria de Polícia de Concepción de la Sierra. Movimentos de mesmo tipo também haviam ocorrido em outras localidades da região. Leguia havia sido preso pelas tropas policiais, assim como alguns outros participantes do processo, mas os demais estavam sendo perseguidos pela polícia. No inquérito policial, Leguia informou que “fugitivos

²³ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 84, 85, 86.

²⁴ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 93.

²⁵ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 94.

²⁶ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 97, 98, 99, 101.

²⁷ AGGM. Argentina. Serie H, 1930, n. 102.

²⁸ AGGM. Argentina. Serie H, 1932, n. 96.

entre quienes figuran Lucas Torres, doctor Arrechea y otros **pasaran al Brasil cruzando el Uruguay por San Isidro**²⁹ (grifos nossos). No dia 21 daquele mês, foi informado que os emigrados ao Brasil seguiam articulados, e se preparando para novas incursões no território argentino, a partir da zona de refúgio³⁰.

Ainda no mesmo ano, outro conflito do período, que envolveu diretamente a Bolívia e o Paraguai, a chamada Guerra do Chaco (1932-1935), também gerou levas de refugiados no território argentino, como é possível perceber em um telegrama de 27 de novembro de 1933:

Informes del Alto Parana dan cuenta que por diversos puertos están pasando grupos de desertores del Ejercito Paraguayo, armados, que amenazan con depredaciones a los pobladores, creando una situación difícil [...] ruego a V.E. gestionar por intermedio Ministerio o Marina se disponga que por lo menos dos torpederas hagan vigilancia del rio para desarmar refugiados [...]³¹.

Desta forma, os anos iniciais da década de 1930 foram caracterizados por diversos movimentos contestatórios na Argentina, Brasil e Paraguai, bem como de uma guerra neste último país, que geraram refúgios tanto de participantes quanto de indivíduos que fugiam dos conflitos. As localidades de destino, por sua parte, eram percebidas como espaços de residência definitiva ou temporária, de onde os indivíduos poderiam rearticular seus movimentos, fugir de perseguições, ou escapar dos conflitos nos locais de origem.

Com relação ao refúgio durante as guerras, a década de 1940, bem como a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, fornecem insumos para a análise. A partir de ataques submarinos a navios mercantes e de passageiros, bem como um alinhamento prévio aos Estados Unidos da América, o Brasil declarou guerra à Alemanha no dia 31 de agosto de 1942, e participou ativamente do conflito na proteção da costa marítima, do uso de aeroportos do nordeste pelas forças aliadas, e no envio de uma Força Expedicionária para a Itália (FERRER, 2014).

Mas a oposição à Alemanha na guerra agravou uma problemática interna: a significativa presença de alemães e seus descendentes residentes no país. Até o ano de 1942, eram correntes as iniciativas em torno da nacionalização dos núcleos de descendentes de imigrantes, uma vez que se considerava estarem apartados de uma

²⁹ AGGM. Argentina. Serie H, 1932, n. 98.

³⁰ AGGM. Argentina. Serie H, 1932, n. 122.

³¹ AGGM. Argentina. Serie H, 1932, n. 474.

consciência nacional brasileira, já que era mantida a fala de línguas alemãs, e uma forte auto-organização de núcleos coloniais (NEUMANN, 2003).

O recenseamento de 1940³², única iniciativa deste tipo realizada no Brasil na época, e orientado por alguns destes questionamentos do período, conta com informações sobre esta concentração populacional. Segundo este recenseamento, no Brasil havia uma população de 41.165.289 pessoas, das quais 39.822.487 eram brasileiros natos. 122.735 eram brasileiros naturalizados, 1.288.833 eram estrangeiros, e 7.260 pessoas de nacionalidade não declarada. Assim, a presença de estrangeiros não naturalizados correspondia a 3,1% da população.

Destes estrangeiros ou brasileiros naturalizados, era esperado que não falassem a língua portuguesa no lar, uma vez que a integração plena somente seria alcançada pelos seus filhos, caso houvesse bases bem definidas para a nacionalização. No entanto, foi apresentado que entre os brasileiros natos havia 1.254.603 indivíduos que não falavam a língua portuguesa em seus lares, o que corresponde a 3% da população. Destes, o maior contingente era formado pelos falantes de alemão: 580.114, quase metade do total de brasileiros que não falavam português em seus lares.

As séries regionais do recenseamento³³, por sua vez, permitem perceber a concentração dos brasileiros considerados como não nacionalizados (a partir do critério linguístico), na fronteira sul. Assim, no estado de Santa Catarina, entre a população de 1.151.092 brasileiros natos, 275.749 não falavam a língua portuguesa em seus lares, o que corresponde a 23,9% do total. E, assim como na série nacional, o grupo mais significativo dentro dos desnacionalizados eram os descendentes de alemães, com 163.694 indivíduos de nacionalidade brasileira que falavam a língua alemã em seus lares, ou 14% do total da população brasileira do estado.

³² BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Nacional, Volume 2. Censo Demográfico – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

³³ Paraná: BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Regional, Parte XXIII – Paraná. Censo Demográfico – População e Habitação; Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021; Rio Grande do Sul: BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Regional, Parte XX – Rio Grande do Sul – Tomo 1. Censo Demográfico – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021; Santa Catarina: BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Regional, Parte XIX – Santa Catarina. Censo Demográfico – População e Habitação; Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

No Rio Grande do Sul, dos 3.210.834 brasileiros natos residentes, 701.234 não falavam a língua portuguesa em seus lares, ou seja, 21,8% desta parte da população. Os falantes de língua alemã também eram a maioria dentre os brasileiros natos não falantes da língua portuguesa no lar, e correspondiam a 375.731 indivíduos, 11,7% do total. Já no Paraná, entre os 1.169.409 brasileiros natos residentes, 65.337 não falavam a língua portuguesa em seus lares, o que equivale a 5,5%. E, neste estado, os falantes de alemão correspondiam a 5.789 dos brasileiros natos que não falavam a língua portuguesa em seus lares, superados pela categoria “outra língua europeia”, com seus 46.801 representantes. Mesmo com a diferença da situação do Paraná, a fronteira sul concentrava a maior parte dos brasileiros natos que não falavam a língua portuguesa em seus lares no total do país. Assim, era percebida como uma região com forte desnacionalização, e foi alvo das políticas nacionais.

Entre as principais políticas de integração desenvolvidas nesta região a partir de 1938 podem ser citadas a estatização das escolas privadas dos núcleos de (i)migrantes, a perseguição a ideologias políticas percebidas como integradas à países estrangeiros, como o integralismo, o policiamento das regiões de imigração, além da proibição da fala de línguas estrangeiras, especialmente a partir de 1942, quando o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial (SAUSEN, 2022).

A significativa presença estrangeira não era um aspecto presente apenas no Brasil, mas era comum a toda a zona fronteira missioneira, uma vez que a República Argentina e o Paraguai também foram palco de imigrações a partir do final do século XIX e princípios do século XX. Neste aspecto, também constam como principais ingressantes os falantes de línguas alemãs, como alemães, austríacos, suíços, teuto-brasileiros, teuto-romenos e teuto-russos. Desta forma, a partir do final do século XIX e princípios do século XX foram formados diversos povoados com significativa presença de falantes de línguas alemãs na zona fronteira missioneira (a partir de RAMBO, 2003), como sistematizado no mapa a seguir:

Mapa 2 – Principais localidades com a presença alemã na zona fronteiriça missioneira



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3*, com o uso das bases cartográficas digitais de acesso livre: **Agência Nacional de Águas**. Catálogo de Metadados da ANA. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/spa/catalog.search#/home>. Acesso em 15 jun. 2022. **CAPAS SIG**. Geodesia y dermacación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 15 jun. 2022; **IBGE**. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 15 jun. 2022.

A partir desta característica da zona fronteiriça missioneira, e a situação das políticas de nacionalização no Brasil, agravadas com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, a região foi palco de grandes circulações de alemães e seus descendentes durante o conflito. Os principais elementos motivadores, pelo que consideramos, são as vinculações sociais, familiares e econômicas transfronteiriças existentes, o conhecimento sobre as localidades de imigração alemã de um ou outro lado da fronteira, bem como a noção de um contexto jurídico-político mais favorável.

Neste sentido, já no dia 12 de agosto de 1942, antes do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, o documento “*Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay e Misiones*”³⁴, parte do acervo coletado pela *Comisión Especial*

³⁴ Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gov.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

de Actividades Antiargentinas, já fazia menções ao refúgio de alemães vindos do Brasil na Argentina e no Paraguai. Segundo um trecho que consta no documento: “If, for example, a small tow-haired child is overheard speaking in German, the parents are thrown into jail and illtreated: the moment they are released they slip over into Misiones with all speed”.

Em 26 de Agosto, um despacho reservado da *VIII. División Seguridad*, da *Gendarmería Nacional Argentina*, para o Ministro da Guerra³⁵, mencionava o ingresso de imigrantes clandestinos no país. Além disso, foi informado que se esperava uma intensificação destes ingressos, o que seguramente tem a ver com a situação interna do Brasil naquela semana, quando as relações diplomáticas foram rompidas com a Alemanha, até a declaração formal de guerra, no dia 31.

No mesmo documento foram mencionados nomes de ingressantes, e a dificuldade do controle sobre as migrações: “dada la enorme extensión de la frontera, las características del terreno (boscoso) y los escasos efectivos de tropa destacados, es admisible suponer que otras personas habrán efectuado el pasaje por lugares no vigilados”. Ao longo das semanas seguintes, foram constantes as menções a ingressos pela fronteira³⁶, usualmente de indivíduos de origem alemã, ou com esta nacionalidade.

Em um telegrama reservado ao Ministro do Interior, Miguel J. Culaciati, no dia 19 de setembro de 1942³⁷, o Secretário Horacio E. Ratti repassou notícias sobre a localidade de Leandro N. Alem. Segundo a mensagem, membros da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas* haviam encontrado “pessoas suspeitas” nas propriedades de Guillermo Rogensack e Adolfo Romian. A partir de uma investigação sobre quem se tratavam, os oficiais puderam determinar que eram dois alemães e outros dois teuto-russos, que ingressaram na Argentina a partir de Porto Londero (Brasil) no dia 22 de junho daquele ano. Os quatro indivíduos foram presos, e, ao que indica a mensagem, faltava determinar com minúcias detalhes sobre outros trinta também localizados em Leandro N. Alem, e que também teriam ingressado pelas mesmas razões.

³⁵ Se informa al Ministro de Guerra sobre el ingreso de personas a la Argentina desde Brasil. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

³⁶ Uma destas documentações é referente ao dia 25 de setembro de 1942, quando foi informado que treze alemães haviam se registrado na Comissaria de Polícia de San Pedro. Segundo o telegrama de onde foram coletadas as informações³⁶, os indivíduos se refugiaram na Argentina em razão do conflito corrente, e estavam alojados em uma residência de São Pedro. Consultado em: AGGM. Argentina. Serie H, 1940, n. 623.

³⁷ AGGM. Argentina. Serie R, 1933, n. 490-491.

De forma geral, foi estabelecido que aquele conjunto de imigrantes havia se refugiado por serem “[...] inmigrantes que, fuera de su clandestinidad, están ligados a situaciones de orden político-social derivada de la posición de los EE.UU. del Brasil em la actual contenda bélica, según fundadamente se presume [...]”. Assim, os casos registrados em Leandro N. Alem se somam ao grande conjunto de migrações empreendidas por alemães e seus descendentes residentes no Brasil a partir do ano de 1942, com a finalidade de escaparem das ações repressivas empreendidas pelo Estado e por seus agentes.

Assim, a partir das iniciativas extensivas de nacionalização no Brasil, que alcançaram uma face repressiva durante o ano de 1942, e a participação do país na Segunda Guerra Mundial, alemães e seus descendentes buscaram refúgio no Território de Misiones e no Paraguai. Em alguns destes casos, é possível determinar que os destinos foram as localidades que também concentravam alemães e seus descendentes nestes países de origem, que certamente pareciam ser as mais receptivas, e onde a adaptação seria mais rápida. Muitos destes indivíduos retornaram ao Brasil, uma vez findada a Segunda Guerra Mundial, outros permaneceram de forma definitiva.

Considerações Finais

O espaço fronteiriço compartilhado pela Argentina, Brasil e Paraguai, na figura da zona fronteiriça missioneira, é uma região que se caracteriza pelas intensivas circulações humanas, além de diversos aspectos históricos comuns. As características de sua população indicam a presença expressiva de imigrantes limítrofes, como o caso dos brasileiros e paraguaios na Argentina, que servem também de pontos de conexão com o outro lado da fronteira.

Por estas condições de circulação e imigração, neste espaço fronteiriço é comum a noção de uma referência de algum povoado de conacionais no outro lado da fronteira. Assim, além das condições jurídico-políticas distintas, a zona de fronteira foi constantemente um espaço privilegiado para o refúgio, sempre e quando a situação do país de origem assim o obrigava, e deixa-lo era uma possibilidade.

Neste sentido, o exílio e a articulação a partir da fronteira são horizontes que caracterizam este espaço e conduziram a elaboração do presente trabalho. A ilustração a partir do caso específico de Pedro Arão também permite observar a fragilidade do refúgio a partir da fronteira, de forma a perceber a instabilidade de tal condição. Afora deste exemplo pontual, foi possível perceber como foram constantes os movimentos de refúgio

ao longo da zona fronteiriça missioneira, que serviam para escapar de condições negativas nos países de origem, ou para a contínua articulação política, sob a proteção de um outro ordenamento político.

Referências

FERRARI, Maristela. 2010. Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora UFSC.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. 2018. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano, volume 1: o tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930 – A Primeira República (1889-1930). 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-402.

FERRER, Jorge Luiz. Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tese de Doutorado em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. 2018, Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano, volume 1: o tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930 – A Primeira República (1889-1930). 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 297-336.

NEUMANN, Rosane Marcia. “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!” as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

PADOIN, Maria Medianeira. 2001. Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RAMBO, Arthur Blásio. 2003. “Imigração alemã na AL nos séculos 19 e 20: Argentina, Brasil e Chile”. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 107-136, jun. 2003.

ROHDE, Maria. 2011. Espírito pioneiro: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo.

SAUSEN, João Vitor. Nação e nacionalização na fronteira: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919-1945). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

TATO, María Inés. 2004. Viento de fronda: liberalismo, conservadorismo y democracia em la Argentina 1911-1932. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

Fontes Documentais

ARGENTINA. Segundo Censo Nacional de la República Argentina – 1895. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

ARGENTINA. Segundo Censo Nacional de la República Argentina – 1895. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 1. Antecedentes y comentarios. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916a.

ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 2. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916b.

ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 3. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916c.

ARGENTINA. Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914. Tomo 4. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916d.

BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 1. População do Brazil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1926.

BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 2, Tomo 1. População do Brazil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1928a.

BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 2, Tomo 2. População do Brazil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1928b.

BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 5, Tomo 1. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1930a.

BRASIL. Recenseamento de 1920. Volume IV, Parte 5, Tomo 2. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1930b.

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Nacional, Volume 2. Censo Demográfico – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Regional, Parte XXIII – Paraná. Censo Demográfico – População e Habitação; Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, 1951. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Regional, Parte XX– Rio Grande do Sul – Tomo 1. Censo Demográfico – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Série Regional, Parte XIX – Santa Catarina. Censo Demográfico – População e Habitação; Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

INFORMES de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

SE INFORMA al Ministro de Guerra sobre el ingreso de personas a la Argentina desde Brasil. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

TELEGRAMAS do Archivo General de Gobernación de Misiones, Series G, H e R. Disponíveis em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em 15 jun. 2022.